

Património e Cidadania: dos vestígios arqueológicos à acção pedagógica

Realizaram-se, na segunda-feira, dia 14 de Abril deste ano de 2014, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, as provas de doutoramento em Arqueologia de Mestre Ana Paula Ramos Ferreira, que apresentou a dissertação **Património e Cidadania: dos vestígios arqueológicos à acção pedagógica**.

Apreciaram o resultado da investigação os doutores Rui Centeno (Universidade do Porto) e Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra). Contribuíram para a discussão os demais membros do júri: doutores Maria de Fátima Fernandes das Neves (Escola Superior de Educação de Coimbra, instituição a que a candidata tem dado colaboração como docente), Cristina Oliveira (Direcção Regional dos Estabelecimentos Escolares – Coimbra) e José d’Encarnação (Universidade de Coimbra – orientador). Presidiu o Doutor João André, em representação do Magnífico Reitor. A candidata foi aprovada por unanimidade com distinção e louvor.

A dissertação, iniciada (sublinhe-se) no momento em que o património começou a ser encarado também como forma de educação para a cidadania, centrou-se em dois sítios arqueológicos paradigmáticos nas suas mui diferentes características: *Conimbriga*, a cidade romana conhecida desde longa data e, de certo modo, o ex-libris da arqueologia romana em Portugal, e a *villa* romana do Rabaçal, de mais recente descoberta e valorização, que se localiza, aliás, na área de influência daquela cidade.

Analisaram-se, pois, com base em exaustiva pesquisa na imprensa local e regional (foram consultados cerca de 30 000 números!), os reflexos que ambos os sítios foram tendo, ao longo dos anos, na opinião pública, sublinhando-se, por exemplo, no caso do Rabaçal, a preocupação havida em integrar a musealização dos vestígios e a sua valorização num projecto cultural mais amplo, em que designadamente os produtos locais (como o queijo) não deixaram de ser incluídos, e também o recurso a sugestiva promoção aquém e além-fronteiras, até mediante a reprodução em pacotes de açúcar de motivos dos seus invulgares mosaicos. Concluiu-se dessa análise que, em si, como património, há caminho a percorrer para que, na Comunicação Social, o sítio arqueológico, qualquer que ele seja, se encare como passível de fomentar uma real educação para a cidadania, entendida esta como veículo de uma memória geradora de melhor viver em comunidade.

Nesse aspecto, tendo-se recorrido a inquéritos entre a população escolar – não muito alargados devido aos naturais constrangimentos de que a Escola padece no que

concerne à inclusão no seu percurso diário de ‘elementos’ não previstos em programa...
 , o panorama que daí resultou preconiza uma cada vez maior abertura ao meio, política que, de acordo com os dados ultimamente vindos a público, não será, infelizmente, a preconizada pelos governos europeus.

Um dos aspectos considerados mais relevantes foi a observação do modo de abordagem da História Antiga, em geral, e da Arqueologia, em particular, por parte dos autores dos ‘manuais’ escolares adoptados. Escalpelizaram-se erros graves, resultantes quer de repetição de lugares-comuns hoje ultrapassados («Os Portugueses descendentes dos Lusitanos», «Viriato, o grande herói nacional»...) quer do facto de, embora apresentem um conselho científico devidamente credenciado, se ficar com a sensação nítida de que os membros desse conselho nem sempre terão tido oportunidade de rever o que estava para ser publicado.

Dada a sua formação mais específica na área da epigrafia (recorde-se o livro *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior – Inovação ou Continuidade?*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 34, 2004, de sua autoria), Ana Paula Ramos Ferreira aduziu o exemplo de inscrições romanas identificadas no território actualmente português poderem vir a constituir – se devidamente interpretadas (o que raro acontece nesses manuais) – um dos elementos susceptíveis de cativar a atenção dos estudantes.

No final, a doutoranda apontou direcções de pesquisa que o seu trabalho lhe sugeriu:

« Alargar a investigação a outros locais de relevância arqueológica, como, por exemplo, Foz Côa, tendo em conta a polémica que envolveu a sua preservação: seria interessante verificar como, actualmente, a comunidade local sente aquele espaço;

ao nível dos manuais, era importante uma reflexão mais alargada quanto à actualização dos conhecimentos científicos que difundem, e, por isso, estender a revisão aos manuais de História do 10º ano e a outros períodos históricos em que o património arqueológico é relevante, nomeadamente a Pré-História;

analisar o tratamento dado às ruínas em termos didácticos».

Esta, pois, uma síntese singela do trabalho discutido, que mais não pretende, em traços muito gerais, do que dar conta do que ora foi feito e do que fica em aberto numa área de investigação, que o júri por unanimidade considerou inovadora, porque encarada numa perspectiva pluridisciplinar e plena de actualidade.

José d’Encarnação